COMUNICAÇÃO, MIGRAÇÕES E GÊNERO
Famílias transnacionais, ativismo e TICs[1]

Denise Cogo
Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP)

Resumo

A partir de uma breve contextualização dos estudos em torno das interfaces entre migrações transnacionais e gênero e do lugar da comunicação nesses estudos, propomos situar e discutir dois aspectos das pesquisas que focalizam gênero, migrações, consumo e usos de Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs). Um primeiro aspecto faz referência às experiências de gênero relacionadas ao consumo e usos de tecnologias nos processos de constituição de famílias transnacionais; um segundo alude à apropriação das tecnologias em ações e projetos de mobilização e ativismo em que se articulam gênero e migração. As reflexões propostas estão baseadas em levantamento bibliográfico e revisão de resultados de pesquisas já realizadas sobre o tema, especialmente aquelas orientadas ao estudo das migrações latino-americanas.

Palavras-chave: Migrações; transnacionalismo; gênero; tecnologias; consumo

Migrações transnacionais – cenário atual e contextualização

Os movimentos migratórios contemporâneos vêm se intensificando desde a última década do século XX[2]. Em 2013, relatório divulgado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA) da ONU (Organização das Nações Unidas) apontava para a existência de 232 milhões de migrantes internacionais (3,2% da população mundial).[3] O registro quantitativo do crescimento das migrações internacionais nessas últimas décadas é, entretanto, apenas uma dimensão de um fenômeno para o qual concorrem diferentes fatores de ordem qualitativa e que contribuem para atribuir complexidade aos movimentos migratórios contemporâneos.

Neste contexto, é possível perceber uma ampliação dos países envolvidos nas redes migratórias; uma maior diversidade de grupos étnicos e culturais que compõem essas redes; um número significativo de mulheres que migram de maneira independente ou como chefes de família; um incremento do número de pessoas que vivem e trabalham no estrangeiro sem regularização jurídica, assim como de refugiados e asilados; um crescimento de migrações decorrentes de catástrofes ambientais; e a intensificação de movimentos migratórios

[1] Trabalho apresentado no GP Cibercultura, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Informe sobre las migraciones en el mundo 2013.OIM: Genebra, 2013. Em 2010, o mesmo relatório da OIM registrava a existência de 214 de migrantes no mundo.Ver: *Informe sobre las migraciones en el mundo 2010*. OIM: Genebra, 2010.
[3] http://www.onu.org.br/mundo-tem-232-milhoes-de-migrantes-internacionais-calcula-onu/

temporários e de circulação como algumas das experiências que compõem o cenário das migrações na atualidade (BLANCO, 2006).

Uma maior multidimensionalidade dos movimentos migratórios tem sido apontada também como uma das especificidades que vem assumindo as migrações transnacionais na contemporaneidade. Informe divulgado em 2013 pela Organização Internacional das Migrações (OIM) registra deslocamentos entre os denominados países de ingressos altos, por exemplo, do Reino Unido ao Canadá (migrações Norte-Norte), deslocamentos de países de ingressos altos a países de ingressos baixos e médios como Portugal a Brasil (migrações Norte-Sul) e fluxos migratórios entre países de ingressos baixos e médios, como, por exemplo, de Indonésia a Malásia (migrações Sul-Sul) [4] (OIM, 2013, p. 31). Entre esses novos deslocamentos, é possível observar, ainda, a intensificação de fluxos de migração de retorno em decorrência da crise econômica global, além de um crescimento significativo mobilidade de refugiados no mundo provocado por guerras ou perseguições. Segundo dados divulgados pela ONU, em 2014, os refugiados já somam 51,2 milhões, o maior contingente desde a Segunda Guerra Mundial[5]

Os impactos quantitativos e qualitativos das migrações transnacionais podem ser evidenciados, ainda, nos recursos significativos gerados pela força de trabalho dos migrantes em âmbito global, assim como no volume de remessas enviadas aos países de origem. Dados do Banco Mundial indicam que as remessas recebidas pelos chamados países em desenvolvimento atingiram US$ 406 bilhões em 2012 [6]. Os recursos oriundos das remessas vêm colaborando para ativar e fomentar a criação e manutenção de redes transnacionais de migrantes e, no interior delas, os usos das tecnologias da comunicação nas dinâmicas migratórias, incluindo os próprios circuitos formais e informais de envio de remessas[7].

No entanto, embora imprescindíveis à economia mundial, alguns pesquisadores têm formulado críticas ao suposto potencial das remessas como impulso à redução da pobreza e

[4] O relatório da OIM (2013) adota "Norte" para referir-se às economias de ingressos altos, conforme classificações do Banco Mundial, e "Sul", às economias de ingressos baixos e médios. Destacamos, no entanto, a necessidade de outros métodos para evidenciar diferenças mais sutis e desigualdades dentro de um mesmo país. A essa observação, acrescentamos a perspectiva pós-colonial e política que envolve a construção e emprego dos termos Norte-Sul.

[5] http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/06/onu-numero-de-refugiados-e-o-maior-desde-a-segunda-guerra-mundial.html

[6] Ver http://revistaforum.com.br/blog/2013/05/ha-cada-vez-mais-mulheres-migrantes-no-mundo/. Os dados do Banco Mundial não incluem as remessas enviadas por redes e circuitos informais. Há que se assinalar também o impacto da crise econômica global para certa redução do envio de remessas por parte dos migrantes. Em 2008 e 2009, contudo, a crise econômica que afetou principalmente os Estados Unidos e países da Europa, como a Espanha, contribuiu para que, depois de várias décadas, os fluxos de remessas dos países da América Latina e Caribe caíssem uns 12% entre 2008 e 2009 e não se recuperassem completamente em 2010.[6] (RELATÓRIO OIM, 2010: 121).

[7] Circuitos formais constituídos por bancos, agências de correio, ou, ainda, agências financeiras especializadas, como Western Union; e circuitos de transferências informais, constituídos pelos envios diretos de dinheiro em mãos ou por familiares e pessoas de confiança dos migrantes.

ao desenvolvimento autônomo das economias locais ou, ainda, como estímulo, à redução de pressões para a diminuição dos fluxos migratórios internacionais. Guarnizo (2014) empenha-se, nesse sentido, em extrapolar a visão de uma literatura sobre o transnacionalismo migrante centrada no impacto produtivo das remessas monetárias Norte-Sul nas localidades de origem. O autor remete a Peggy Levitt - que introduziu o conceito de remessas sociais – para analisar as diásporas como fontes de remessas não apenas econômicas, mas também sociais, ou seja, a partir de sua capacidade de portar e intercambiar fluxos de ideias, comportamentos, identidades e capital social que circulam entre as comunidades de origem e destino dos migrantes.

A partir dessa perspectiva, autores como Portes (2004) e Haesbaert (2007) analisam as repercussões do incremento da presença das tecnologias da comunicação na reconfiguração dos modos de exercício do transnacionalismo migrante, especialmente no que se refere à constituição das redes migratórias e ao reordenamento das experiências territoriais das migrações em âmbitos locais e globais. Embora a história das migrações esteja demarcada por exemplos de transnacionalismo, Portes (2004, p. 74), lembra que "o fenômeno recebeu um forte impulso com o advento das tecnologias na área dos transportes e das telecomunicações, que vieram facilitar enormemente a comunicação rápida das fronteiras nacionais e a grandes distâncias".

Para Haesbaert (2007), a maior velocidade dos meios de transporte e o acesso às tecnologias da comunicação são dois fatores primordiais que impulsionaram experiências de multiterritorialização e, que, de certa forma, revolucionaram a dinâmica socioespacial e geográfica contemporânea ao longo do século XX. O autor colabora para pensar a relação entre migrações transnacionais e tecnologias ao postular o deslocamento da noção de desterritorialização para a de multiterritorialidade, concebida como uma nova forma de articulação territorial que pode ser entendida como um processo concomitante de destruição e construção de territórios que mesclam diferentes modalidades territoriais, como os "territórios-zona"[8] e os "territórios-rede", em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial.

As reflexões desses dois autores contribuem para o entendimento das experiências multiterritoriais das migrações internacionais a partir da combinação de um amplo espectro de relações sociais, culturais, políticas e econômicas transfronteiriças que conectam os migrantes às sociedades de origem e destino. Seus posicionamentos valorizam a capacidade

[8] Por "territórios-zona", o autor entende as formas mais antigas de território relacionadas à modernidade clássica territorial-estatal.

de agência dos migrantes e relativizam a sobredeterminação de fatores econômicos - como a pobreza e a busca de trabalho - como propulsores quase exclusivos de fluxos migratórios, sem desconsiderarem, contudo, as causas "objetivas" e circunstâncias materiais que motivam as migrações assim como as relações de dominação e desigualdade que demarcam muitas das experiências migratórias.

No enfrentamento crítico de visões predominantemente economicistas sobre as migrações[9], autores como Sassen (2004), Portes-Guarnizo e Duran (1991) também questionam a predominância do desemprego e da pobreza como marcos explicativos para o desencadeamento de fluxos migratórios transnacionais, nos oferecendo pistas para compreender as migrações como resultado de relações que se estabelecem entre países de emigração e imigração no contexto da globalização. Sassen (2004) alerta para a complexidade dos enlaces possíveis engendrados por dinâmicas econômicas e políticas internacionais relacionadas às formações coloniais e neocoloniais e às atuais formas de globalização econômica. Enlaces que vão incidir seja no recrutamento direto de trabalhadores de migrantes por parte empregadores ou governos através das redes migratórias, seja na constituição de redes de tráfico humano ilegal.

Podemos observar que essas duas perspectivas – a dos entrelaçamentos sociopolíticos e econômicos em torno dos quais se engendram as migrações transnacionais e a do reconhecimento dos espaços de agência dos próprios migrantes - articulam-se no desenvolvimento dos estudos das interfaces entre gênero e migração, inicialmente orientados pela constatação de um processo de feminização das migrações, conforme passamos a abordar a seguir.

Migrações transnacionais e interfaces com o gênero

Na perspectiva dos enlaces entre países de origem e migrações, Sassen (2004) propõe reflexões específicas em torno da emergência de uma migração feminina, focalizando, por um lado, a relação dessa migração com o tráfico de pessoas e, por outro lado, os espaços laborais que as mulheres passaram a ocupar nas dinâmicas migratórias e no contexto de uma "economia das migrações contemporâneas" a partir de sua atuação em trabalhos domésticos ou em ocupações profissionais de alto nível nas cidades globais.

[9] No âmbito das ciências humanas, os estudos de migração internacional têm tido uma trajetória marcada por posicionamentos "sistêmicos" e "economicistas" que dominam o desenvolvimento de macroanálises dos fenómenos migratórios, embora também tenham crescido, nos últimos anos, os estudos orientados pela compreensão das subjetividades migratórias e dos espaços de autonomia e ação dos migrantes.

No âmbito das teorias migratórias, as perspectivas de gênero e migração configuram-se como um campo de estudos recente no qual as dinâmicas de feminização da migrações internacionais assumem centralidade. Muitos desses estudos, segundo Rosas (2013), têm justificado parte de sua importância na denominada "feminização quantativa das migrações", ou seja, na ampliação da presença de mulheres nos fluxos migratórios transnacionais[10]. A maioria das abordagens latino-americanas têm priorizado as migrações Sul-Norte, ou seja, aquelas dirigidas à Europa e aos Estados Unidos, em especial à Espanha, enquanto que, sobre as migrações intrarregionais (Sul-Sul), a produção tem sido menos expressiva, mais recente e herdeira dos interesses, interrogantes e abordagens derivadas dos movimentos extrarregionais.

Dentre os temas sobre migrações transnacionais e gênero que têm suscitado maior interesse, estão o condicionamento que o gênero, articulado a outros sistemas de desigualdade, impõe nas estratégias, decisões, redes e seletividade migratória; as consequências do movimento migratório sobre a autonomia feminina; as práticas familiares transnacionais e a maternidade à distância; as cadeias globais de cuidado[11] e o trabalho doméstico; e as instituições e políticas migratórias como reprodutoras de desigualdades. Há igualmente estudos, que, embora ainda incipientes, abordam a migração de retorno como resultado das crises econômicas e as políticas migratórias de expulsão implantadas pelos principais destinos extrarregionais. Outra característica compartilhada entre as análises das migrações Sul-Sul e Sul-Norte é o fato de que tiveram e têm as mulheres como protagonistas, evidenciando o já mencionado reconhecimento da capacidade de agência dos migrantes como uma perspectiva presente nas pesquisas acerca das relações entre migrações transnacionais e gênero. (ROSAS, 2013)

Mas os processos de feminização das migrações vão ser também refletidos criticamente por pesquisadoras como Gregório Gil (2009), a qual adverte, por exemplo,

[10] Há mais de 40 anos as mulheres representam cerca da metade dos migrantes no mundo. No que se refere à migração latino-americana e caribenha, nos Estados Unidos, as mulheres somavam, em termos absolutos, 2 milhões em 1980, passando para 10 milhões em 2010. Na Espanha, passaram de 464 mil em 2001 para 1,4 milhões em 2011. (ROSAS, 2013, p. 131).

[11] As "cadeias globais de cuidado" ou "cadeias mundiais de afeto e assistência", esse último conceito empregado por Hotschild (2001), fazem referência a uma série de vínculos pessoais entre pessoas de diferentes lugares do mundo baseados em um trabalho de assistência (a idosos, crianças, famílias, etc.) remunerado ou não remunerado. Gregorio Gil (2013, p. 22) lembra que Hochschild (2001), inspirado no trabalho realizado por Pierrete Hondgneu, Sotelo e Ernestine Avila (1997) com entrevistas a mulheres latinas trabalhadoras domésticas em Los Angeles, afirma que essas cadeias muitas vezes conectam três séries de cuidadoras: uma que se encarrega dos filhos das emigrantes no país de origem; outra que cuida dos filhos da mulher que cuida dos filhos da emigrante; e uma terceira, a mãe emigrante; e uma terceira, a mãe emigrante, cuida dos filhos das profissionais do "Primeiro Mundo". As mulheres mais pobres criam os filhos das mulheres com melhores condições econômicas e sociais enquanto mulheres ainda mais pobres o mais velhas ou mais rurais cuidam de seus filhos.

para a estreita vinculação entre a crescente presença das mulheres em fluxos migratórios dirigidos à Europa e o processo de feminização da pobreza que sustentam algumas políticas econômicas neoliberais.

Ariza (2007), por sua vez, chama a atenção para as repercussões, nas pesquisas sobre migração, da tendência à redução da ideia de gênero a mulheres e da circunscrição das mulheres ao espaço doméstico a partir da relação que estabelecem entre gênero e provisão de cuidados com base em uma noção ocidental de família heterossexual. Gregório Gil (2013) faz ressalva semelhante ao se referir a duas problemáticas que, no contexto espanhol, tem orientado prioritariamente as pesquisas sobre mulheres imigrantes latino-americanas na Europa: a "maternidade transnacional" e as "cadeias mundiais de afeto e assistência".

A autora aponta para a escassez de estudos sobre migrações e gênero que abordem as masculinidades ou, ainda, as experiências de migração que não se inscrevem em modelos heteronormativos[12]. Gregório Gil (2013) defende a necessidade de que as pesquisas incorporem a categoria gênero não como mera variável sexo-gênero ou oposição homem versus mulher, mas como um princípio de organização social, de produção de desigualdade e de relações de poder.

No âmbito dos estudos de gênero e migrações, cabe, ainda, mencionar os impactos dos feminismos de fronteira como uma versão latina e latino-americana dos feminismos pós-coloniais. Nesse âmbito, as pesquisas advogam pelo uso do conceito de interseccionalidade para um deslocamento das perspectivas essencialistas de gênero e como uma crítica ao caráter "somatório" de algumas propostas conceituais e metodológicas que agregam ao gênero outras categorias de desigualdades como classe, raça, geração, sem realmente vislumbrarem sua articulação. As distintas formas de articulação de diversas categorias de desigualdade não são, contudo, um tema novo nos estudos de gênero. Ao contrário, tem sido uma preocupação fundamental dentro dos feminismos. Várias autoras situam a origem do termo no feminismo negro e, em geral, no que foi denominado, na década 80, como feminismos de disenso, ou seja, as vozes das outras "não brancas heterossexuais"que começaram a questionar a legitimidade de validade do feminismo branco, de classe média, ocidental. (HERRERA, 2013a)

[12] Como os LGBTQ (Lésbicas, Gays, Transexuais, Bissexuais, Queer)

Comunicação, migrações transnacionais e gênero

Gregorio Gil (2009) nos convida a considerar os impactos do protagonismo feminino nas migrações na emergência, no contexto europeu, de uma visibilidade e de uma hipervisibilidade das mulheres nos meios de comunicação e no campo político ancorado em fluxos e narrativas que privilegiam, dentre outros, a relação entre mulheres imigrantes e prostituição, as práticas culturais como o uso do véu, a ablação do clitóris, os chamados crimes de honra, a suposta elevação da natalidade, mas também a função das mulheres como necessárias mediadoras e facilitadoras da integração. O que nos sugere, segundo a pesquisadora, uma construção uniformizadora da categoria de "mulheres migrantes" e o frequente manejo de tais representações na perspectiva de mostrar o fenômeno migratório como uma ameaça e legitimar a exclusão social da população migrante.

As representações midiáticas das mulheres migrantes têm sido uma das perspectivas de abordagem com presença significativa nos estudos sobre comunicação, migração e gênero no contexto ibero-americano. Nessa perspectiva, inserem-se pesquisas que buscam evidenciar e desconstruir representações que reforçam hierarquias e desigualdades nas relações de gênero a partir, especialmente, da noção de sexualização e criminalização das migrações femininas e da associação das migrantes à prostituição ou ao tráfico de pessoas. Em balanço sobre alguns desses estudos no campo específico das representações da mulher brasileira na mídia impressa europeia[13], Fernandes (2013)_retoma a reflexão de Adriana Piscitelli (2008) para sintetizar o tipo de matriz que dominam essas representações e que tem sido convergentes nesses estudos[14]. Para Piscitelli, um "racismo etnicizado" marca a experiência da mulher brasileira migrante, operando para a racialização e sexualização de seu corpo, independente da cor da pele a partir da associação historicamente construída entre sexualidade e mestiçagem. Todas mulheres brasileiras são, assim, consideradas mestiças e a elas é atribuída' "uma disposição naturalmente intensa para fazer sexo e uma propensão à prostituição, combinadas com noções ambíguas sobre seus estilos de feminilidade, tidos como submissos, com uma alegre disposição para a domesticidade e maternidade" (FERNANDES, 2013, p.222)[15].

[13] Pesquisas como as de Luciana Pontes e Isabel Ferin, em Portugal, e a de Maria Badet Souza, na Espanha.
[14] Embora trate, em sua reflexão, especificamente da mulher brasileira, Fernandes assinala que as noções tropicalizadas de "feminilidade" afetam também outras mulheres latino-americanas como colombianas e cubanas.
[15] A esse respeito, Piscitelli, deixa claro, contudo, que não é possível afirmar que mulheres brasileiras negras ou brancas, pobres ou bem posicionadas no mercado de trabalho, em condição legal ou não regularizada, estariam sujeitas às mesmas experiências de racismo e discriminação, efeitos dessas noções são atenuados ou acentuados por diversas variantes, entre elas "raça" e classe social. (FERNANDES, 2013, p. 222)

Em seu balanço, Fernandes lembra, contudo, que muitas das pesquisas sobre representações tendem a não essencializar os processos de racialização e sexualização das mulheres brasileiras, reconhecendo a existência de espaços cosntantes de negociações dos posicionamentos nos contextos migratórios que possibilitam, por exemplo, que a suposta sensualidade natural da brasileira tanto possa ser rejeitada como "performada" estrategicamente para fins diversos no mercado de trabalho e nas relações afetivas.

Em síntese, as formas de categorização das mulheres brasileiras em sua experiência migrante podem limitá-las, mas também abrem possibilidades para múltiplos agenciamentos, como aqueles que passamos a refletir a partir dos dois principais âmbitos dos estudos de gênero – o das famílias transnacionais e o do ativismo – nas suas vinculações com as experiências de consumo e usos das TICs.

Migrações, famílias transnacionais e consumo de TICs

As famílias transnacionais e relacionadas a ela, a experiência da maternidade transnacional[16], fazem referência às mulheres que migraram e deixaram filhos nos países de origem, tornando-se agentes ativos na construção de "redes", "cadeias", "famílias transnacionais" ou "comunidades transnacionais". Perspectiva que não tem estado isenta de críticas concernentes à naturalização do privado, do lar, do doméstico e da maternidade na sua associação com o feminino e da construção da categoria "mulher imigrante" a partir de seus corpos procriadores e de uma feminilidade assentada na biologia[17]. Caberia politizar a noção de afeto, assistência e maternidade, extrai-los do privado e situá-los, conforme defende Gregorio Gil (2009), no centro dos processos políticos e históricos que "constroem corpos generizados, sexualizados, racializados, etnicizados e deseterritorializados"[18]

Enfoque de estudo que se desenvolve, inicialmente, como derivação das experiências de migração feminina, a noção de famílias transnacionais passa, posteriormente, a comportar problematizações que abrangem as múltiplas relações entre os

[16] E minoritariamente a paternidade transnacional.
[17] Segundo Gregorio Gil (2013, p. 16), pressupor que todas mulheres migrantes que deixam filhos em seu país de origem se guiam, em suas práticas e sentimentos, pelo vínculo amoroso mãe-filho, a partir de um padrão universal para converterem-se em sujeitos de ação transnacional, mais do que um fato dado, deveria ser um fato a indagar. Além disso, observar somente a agência nas práticas maternais deixaria de fora em sua suposta capacidade de "agência transnacional" aquelas mulheres que não têm filho em seu país de origem, têm parentes e ou amizades que não são seus filhos biológicos, ou o fato de que sua agência transnacional não passa necessariamente pela afirmação do vínculo maternal. A indagação seria sobre a possibilidade de classificar práticas transnacionais separando o afeto maternal de outros afetos, compromissos e fins.
[18] Para a autora, haveria a recessidade de revisar o androcentrismo que encerra o conceito de agência transnacional tal como se vem aplicando ao reificar e naturalizar os domínios, o "feminino" frente ao "masculino". Uma vez mais, se estaria dissociando o mundo da família, do altruísmo e do afeto, do universo mercado, da política, do interesse, do raciocínio, o universo das remessas sociais frente ás econômicas.

integrantes da família (HERRERA, 2013). Embora as famílias transnacionais sempre tenham existido como resultado dos processos migratórios contemporâneos[19], o que as distingue das atuais é a presença de uma subjetividade e de vínculos relacionados à consciência de ser e forjar uma família à distância. Herrera (2012) atribui tal especificidade, em grande medida, ao próprio avanço das comunicações que contribuem para abolir a ideia da presença física como pré-requisito para a formação das famílias, para impulsionar a produção e circulação de informações entre os familiares, assim como para o exercício da maternidade ou paternidade à distância e o envio de remessas.

Em pesquisas de recepção e usos de TICs que realizamos com migrantes de diferentes nacionalidades[20], foi possível observar experiências de aproximação, convivência e "gestão afetiva" de famílias transnacionais a partir de relatos de entrevistados que destacam, dentre outros, as rotinas diárias e semanais de reuniões familiares e acompanhamento das tarefas escolares dos filhos através do uso de softwares de comunicação como o Skype ou sites de redes sociais, o esforço de familiares em se introduzir no mundo da internet em cidades do interior onde o acesso é restrito a fim de estabelecer conexões com o familiar que migrou, ou, ainda, a inquietação manifestada entre jovens, especialmente mulheres, diante do controle excessivo exercido por familiares a partir da imposição de rotinas de conexão e comunicação diária via internet. Há, ainda, mulheres migrantes que, como estratégia de estreitamento dos vínculos com os locais para onde migraram, revelam esforços de reduzir o tempo de uso da internet e priorizar a experiência de uma vida cotidiana menos mediada pelas relações familiares no país de origem.

Experiência de famílias transnacionais em que há incidência de usos das TICs, estendem-se, ainda, ao universo das migrações LGBTQ (Lésbicas, Gays, Transexuais, Bissexuais, Queer), embora seja ainda uma perspectiva pouco explorada nas pesquisas sobre gênero e migrações transnacionais. Exemplo é a trajetória de um migrante transexual, pobre e negro de nacionalidade equatoriana, focalizado no filme documentário Angel [21]. Ex-boxeador em seu país de origem, Angel migrou da cidade Guayaquil para Paris, onde passou a atuar como profissional do sexo e assumir um posicionamento específico como elo

[19] Na América Latina, Herrera (2013) lembra que podemos remontar aos tempos coloniais para encontrar rastros de famílias separadas, produtos das migrações internas das mulheres rurais a cidades de migrações transfronteiriças.
[20] Embora esse não fosse o foco central dessas pesquisas, muitos relatos recolhidos em entrevistas com migrantes evidenciavam também essa dimensão. Essas pesquisas estão publicadas, dentre outros, em Cogo, Brignol (2014), Cogo (2012), Cogo, Huertas & ElHajji (2012), Brignol (2010), Cogo, Huertas & Gutierrez (2008).
[21] Ver http://www.youtube.com/watch?v=pz6-doc9blA

de uma cadeia de afetos e cuidados da mãe, irmãos e sobrinos que permaneceram no Equador.

Sobre Angel recai uma cadeia de cuidados que articula a familia no país de origem e de migração, seja através do protagonismo que assume no envio de remessas financeiras regulares a seus familiares no Equador e nos esforços que empreende na gestão dessas remessas para o bem estar da familia no país de origem [22], seja através da função que, em suas viagens ao país de origem, Angel exerce como enlace afetivo entre a irmã que vive em Paris como migrante não regularizada e o sobrinho que permanece em Guayaquil. Seu protagonismo na manutenção e cuidados da mãe, irmãos e sobrinhos vai desestabilizar o próprio imaginário hegemônico de familia reafirmado por uma cultura patriarcal fortemente dominante no país de origem de Angel, e ao mesmo tempo pelo deslocamento que opera em relação à figura materna da migrante mulher como cuidadora. Essa síntese aparece no testemunho de um irmão de Angel recolhido no documentário: "Creio que Angel é mais do que pai de família, é uma mãe, uma mãe símbolo, porque se não fosse o que é, fosse um homem normal, como qualquer um de nós, não estaria aqui".[23]

Essa cadeia de cuidados protagonizada por Angel comporta, ainda, dinâmicas de consumo e usos das tecnologias da comunicação (televisor, computador, telefone celular, câmera fotográfica) assegurando processos de aproximação, manutenção e reatualização dos vínculos de Angel com os familiares no Equador através da conexão à internet e o uso do telefone celular. Ou, ainda, funciona como mediadora na função que Angel exerce de elo para o exercício da maternidade à distância de sua irmã quando, em uma de suas viagens ao Equador, exibe, ao sobrinho, em um televisor e em uma câmera fotográfica, imagens da mãe que não pôde viajar por não contar com regularização jurídica na França.

Angel experimenta a "gestão afetiva" de sua família transnacional carregada de tensões como aquelas relacionadas às expectativas de familiares serem presenteados com recursos tecnológicos durante algumas de suas visitas ao Equador ou aquelas materializadas nos testemunhos de vizinhos que condenam a exploração econômica de Angel por integrantes de sua família.

No marco dessas tensões, Herrera (2009) evidencia também o viés moralista sobre o consumo que tende a demarcar as representações dominantes de pais e professores nas dinâmicas de manutenção de filhos de migrantes e as tensões geradas por essas

[22] Embora essas remessas sejam, muitas vezes, utilizadas, para aquisição de bens que não considerados por Angel como bens de primeira necessidade.
[23] No documentário, Angel refere-se à sua mãe como "meu marido no Equador".

representações no estabelecimento de vínculos emocionais em experiências familiares transnacionais. Tais representações moralistas costumam enfatizar o desperdício no gasto dos recursos das remessas e associar o dinheiro à perda de valores e de "identidade", especialmente quando se trata de investimentos na aquisição de artefatos tecnológicos. A existência de celulares, computadores, câmeras de vídeo e qualquer outro objeto de consumo estranho ao contexto tradicional são nomeados como indicadores negativos responsáveis por contrastes e diferenciações entre os jovens.

Em estudos sobre as famílias transnacionais no contexto da migração equatoriana realizados entre 2003 e 2005, Herrera (2009) assinala que o envio de dinheiro, presentes e objetos, por parte dos pais migrantes, tem sido percebido como uma forma de mercantilização das relações afetivas com base no pressuposto de que os filhos de migrantes não teriam o carinho dos pais. Tais visões desconsideram as possibilidades de reconstrução das relações familiares através do valor simbólico e de intercâmbio representado por essa materialidade. A pesquisadora observa, contudo, que, entre jovens filhos de pais que emigraram a Espanha e Estados Unidos, o respeito ao uso do dinheiro e o apego a determinados objetos se explicava menos pelo valor de gerir os recursos e objetos - já que a maioria não lidava com grandes quantidades de dinheiro - e mais pelo valor simbólico que permitia aos jovens evidenciar a seus grupos sociais a preocupação à distância de seus pais.

No contexto das famílias transnacionais, a pesquisa de Dutra (2013) com trabalhadoras domésticas peruanas na cidade de Brasília aporta outro tipo de indagação relacionada às pressões e condicionamentos que uma economia do trabalho doméstico impõe sobre o tempo e as condições para o exercício da maternidade e a interação cotidiana no contexto de famílias transnacionais. O excesso de horas dedicadas ao trabalho, o fato de viver no próprio local de trabalho onde não dispõem de televisor nos quartos que ocupam ou mesmo não dominarem o uso do computador, reduz, para as mulheres peruanas, as possibilidades de interação tanto com os locais de origem quanto as sociabilidades na cidade para onde migraram.

A experiência de Angel assim como o consumo, especialmente das tecnologias, também evidenciam, conforme a síntese de Herrera (2013), que a família transnacional pode ser uma fonte de apoio e sustentação emocional e social, mas também pode e deve ser vista como um espaço de conflitos e relações de poder, em torno das quais se desprendem estratégias, negociações e ações de maneira desigual.

Migrações transnacionais, ativismo e TICs: uma agenda pendente

Nas dinâmicas das migrações transnacionais, o ativismo se constitui por experiências diversificadas em que se entrelaçam dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas e se combinam o direito ao pertencimento, à permanência e à mobilidade. O ativismo transnacional dos migrantes se forja no contexto dos esforços crescentes de governos e instituições em limitar, controlar e regular a mobilidade humana, o ingresso e a permanência de migrantes, evidenciando, como assinala Mezzadra (2005), uma globalização ambivalente vivenciada como ponto de intersecção entre a liberdade do sujeito e a ação de barreiras e limites impostos a essa liberdade por instituições e tecnologias de poder, muitas das quais circunscritas aos Estados-nação.

O ativismo migrante evidencia que os usos da TICs, sobretudo a internet e o telefone celular, vem possibilitando e fortalecendo redes, por um lado, nos processos de sociabilidade e apoio para o planejamento e implementação dos projetos migratórios, e, por outro, nas dinâmicas de enfrentamento das políticas de controle e regulação das migrações, a partir, por exemplo, de mobilizações pelo direito a uma cidadania universal. (COGO, 2013). As TICs têm sido, ainda, uma ferramenta estratégica na mobilização, coordenação e execução de mobilizações e demandas no contexto de redes migratórias em que seus integrantes não contam com regularização jurídica e vivenciam a experiência da clandestinidade e limitações para a circulação (VARELA, 2013).

Uma das dimensões que tem mobilizado os debates em torno das relações entre migrações, gênero e ativismo, está vinculada ao crescimento e ao mesmo tempo as limitações que enfrentam as mulheres para sua inserção e participação em ações e mobilizações em torno das causas migratórias ou mesmo femininas nos país de migração, seja por questões de limitação ao espaço doméstico, quando culturais e políticas, como caso de mulheres migrantes oriundas de países árabes. Em estudo sobre os movimentos de mobilização de migrantes em Barcelona, Varela (2013) levanta três elementos que ajudam a explicar a escassa participação de mulheres nesses movimentos. Em primeiro lugar, porque, entre os grupos migratórios (nacionalidades) que conformam esses movimentos, a migração tem sido predominanemente de homens. Em segundo lugar, estaria o fato de muitas mulheres viverem na España subordinadas legalmente à autorização de residência concedida ao pai ou ao marido a partir de uma lógica de reagrupação familiar de responsabilidade do Estado. E, por fim, porque, muitas mulheres, oriundas de países árabes,

estão condicionadas pela interpretação machista e autoritária que seus companheiros e pais fazem do Islam.

As lógicas masculinizadas dos movimentos sociais de migrantes, o excesso de horas de trabalho ou a falta de legalização que limita a atuação de mulheres ao âmbito da prostituição[24] e do serviço doméstico, operam também como elementos limitadores elencados, especialmente, por mulheres latino-americanas, como justificativa para sua escassa participação nos movimentos ativistas migrantes (VARELA, 2013).

No entanto, embora uma maioria de ativistas pesquisada por Varela (2013) na cidade de Barcelona seja constituída por homens, a autora não deixa de atestar a presença de figuras femininas na fundação e gestão de associações migratórias ou especialistas em direito migratório. A partir de um episódio específico de prostesto e luta dos migrantes em Barcelona - o ciclo de "encierros"[25] de 2005 – Varela registra também o crescimento do ativismo feminino como aquele observado na organização de um "encierro" específico por mulheres migrantes que, embora tenha durado apenas uma semana, esteve especialmente demarcado pelos esforços de reconhecimento público dessas mulheres tanto frente a outras mulheres não migrantes e migrantes do bairro quanto na busca e manejo de visibilidade pública nos meios de comunicação espanhóis.

Segundo Varela (2013), essa experiência de ativismo feminino, acrescido de outras experiências posteriores e pontuais de ativismo, vem contribuindo, na visão das próprias mulheres entrevistadas em sua pesquisa, para um deslocamento do imaginário social das mulheres migrantes na sociedade catalã ancorado em etiquetas como as de mulheres "submissas e dóceis", para a desestabilização das lógicas masculinizadas no âmbito dos movimentos de migrantes e a marcação de ritmos femininos próprios de mobilização.

No âmbito das relações entre migrações transnacionais, gênero e TICs, entendemos que há agendas de pesquisa mais pendentes do que consolidadas, e que comportariam, por exemplo, deslocamentos do foco das dinâmicas familiares, maternais e de cuidado predominantes nas pesquisas. Dentre as agendas pendentes, poderíamos referir a necessidade de uma melhor compreensão sobre as mulheres migrantes terem se tornado um

[24] Varela menciona também os conflitos relacionados ao preconceito manifestado por migrantes homens da mesma nacionalidade em relação à presença nos movimentos de mulheres que exercem a prostituição.
[25] Mobilizações protagonizadas por imigrantes indocumentados com vistas à obtenção de regularização em que os imigrantes se instalam em diferentes locais da cidade em regime fechado ou semi-aberto. Ver http://www.mugak.eu/revista-mugak/no-30/encierros-de-inmigrantes-en-barcelona

dos principais alvos de projetos de inclusão digital[26] e as implicações disso na afirmação de sua condição de portadoras de déficits de formação e socibialidade como resultado do seu confinamento ao espaço doméstico e familiar. Na perspectiva das relações de gênero, outro tema a explorar seria o do manejo e usos das TICs no exercício de paternidades à distância a partir das experiências dos esposos e pais que permanecem nos lugares de origem após a migração das esposas. Outra agenda pendente estaria relacionada às tensões de um ativismo mediado pelas TICs que se constitui nos esforços de desconstrução da associação das migrações femininas e transgênero com a prostituição e o tráfico de pessoas. Associação promovida, muitas vezes, pelos discursos e políticas migratórias dos governos e pelas políticas de proteção de organizações não governamentais ou de entidades confessionais de apoio às migrações. Cabe lembrar que essa associação não pode ser desvinculada da tendência a uma predominância de estudos de representação midiáticas no âmbito das interfaces entre migrações transnacionais, gênero e TICs e a ainda tímida presença de estudos que assumem a perspectiva do consumo e usos das tecnologias da comunicação.

Referências bibliográficas

ARIZA, M. Itinerario de los estudios de género y migración en México. In: PORTES, A., ARIZA, M. (eds.). **El país transnacional: migración mexicana y cambio social a través de la frontera**. México, D.F.: UNAM. Instituto de investigaciones sociales, 2007, p. 453-511.

BLANCO, C. **Migraciones:** Nuevas movilidades en un mundo en movimiento. Barcelona: Anthropos, 2006.

BRIGNOL, L.D. **Migrações transnacionais e usos sociais da internet**: identidades e cidadania na diáspora latino-americana. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – PPG em Ciências da Comunicação, Unisinos, São Leopoldo, 2010.

COGO, D., BRIGNOL, L. **Comunicação e transnacionalismo: implicações nos estudos de consumo e recepção das migrações contemporâneas**. Trabalho aprovado para apresentação no XII Congreso ALAIC 2014, GT 7 - Estudios de Recepción, Lima: ALAIC, 2014.

COGO, D., ELHAJJI, M., HUERTAS, A. (Eds.). **Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades transnacionales**. Barcelona: Institut de la Comunicació (InCom-UAB), 2012. Disponível em: <http://incom.uab.cat/diasporas>.Acesso em: 03 jul. 2014.

COGO, D. **Latino-americanos em diáspora**: usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais. Rio de Janeiro, Tríbia, 2012

COGO, D., GUTIERREZ, M., HUERTAS, A. (Coords). **Medios de comunicación y migraciones transnacionales**: relatos desde Barcelona y Porto Alegre. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2008.

DUTRA, D**. Migração internacional e trabalho doméstico:** mulheres peruanas em Brasília. Brasília: CSEM; Sorocaba, SP: OJM, 2013.

[26] Exemplo é o programa Hola Fabiola mantido pela Fundación Orange e Fundación Directa, com o apoio do Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad da Espanha. Ver www.holafabiola.com. Outro é a oficina de iniciação sobre ferramentas básicas de internet dirigido a mulheres saharauis residentes en Jerez de la Frontera (Cadiz) e organizada, em 2013, pela Asociación de Mujeres Saharauis en España (AMSE) em colaboração coma Fundação Cibervoluntarios e o Centro de Acogida de Inmigrantes (CEAIN). Ver http://rasdargentina.wordpress.com/2013/06/15/mujeres-saharauis-inmigrantes-y-las-tics/

FERNANDES, D. A. Representações da diferença: a mulher brasileira migrante na mídia impressa da Europa. **Anuario Americanista Europeu**. n. 11, p. 217-237, 2013.

GREGORIO GIL, C. La categoria de género a la luz del parentesco em el análisis de las migraciones transnacionales. **Anuario Americanista Europeu**. n. 11, p. 11-29, 2013.

GREGORIO GIL, C. Mujeres inmigrantes: Colonizando sus cuerpos mediante fronteras procreativas, étnico-culturales, sexuales y reproductivas. **Viento Sur**. n. 104, p: 42-54, 2009.

GUARNIZO, L. E. Aspectos económicos del vivir transnacional. **Colombia Internacional**. n. 59, 2004. Disponível em: <http://colombiainternacional.uniandes.edu.co/view.php/429/index.php?id=429>. Acesso em: 03 jul 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

HERRERA, G. **Migración internacional e interseccionalidad.** Buenos Aires: Clacso, 2013a. (Texto fornecido pela autora no I Seminário Globalización, migración internacional y desarrollo. Perspectivas de género e interseccionalidades).

HERRERA, G. **Los aportes de la perspectiva de género para la comprensión de las famílias transnacionales**. Buenos Aires: Clacso, 2013b. (Texto fornecido pela autora no I Seminário Globalización, migración internacional y desarrollo.

HERRERA, G.; CARRILLO, M. C. Transformaciones familiares en la experiencia migratória ecuatoriana – una mirada desde los contextos de salida. **Mélanges de la Casa Velazquez.** 2009. Disponível em: <http://mcv.revues.org/591>. Acesso em: 02 mar 2014.

INFORME SOBRE LAS MIGRACIONES EN EL MUNDO 2010: el futuro de la migración: creación de capacidades para el cambio. OIM: Genebra, 2010.

INFORME SOBRE LAS MIGRACIONES EN EL MUNDO 2013: El bienestar de los inmigrantes y el desarrollo, OIM: Genebra, 2013.

MEZZADRA, S. **Derecho de fuga**: migraciones, ciudadanía y globalización. Madrid: Traficantes de Sueños, 2005.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**. n. 11, p. 263-274, 2008.

PORTES, A., GUARNIZO, L. **Capitalistas del trópico**: la inmigración em los Estados Unidos y el desarrollo de la pequeña empresa en la República Dominicana. Santo Domingo: FLACSO Sede República Dominicana. 1991.

PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 2004, p.73-93, n. 69.

ROSAS, C. Discusiones, voces y silencios em torno a las migraciones de mujeres y varones latinoamericanos. Notas para uma agenda analítica y política. **Anuario Americanista Europeu**. n. 11, p. 127-148, 2013.

SASSEN, S. Formación de los condicionantes económicos para las migraciones internacionales. **Ecuador Debate**. n. 63, p. 63-87, 2004.

VARELA, A. **Por el derecho a permanecer y a pertenecer**. Una sociología de la lucha de migrantes. Madri: Traficantes de Sueños, 2013.